

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARATIVAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(EM REAIS)**

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Estadual de Processamento de Dados de Goiás – PRODAGO em liquidação - nova denominação dada a Empresa Estadual de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico Social – EMCIDEC - aprovada nos termos do Inciso I, do parágrafo único, do Art. 14, da Lei n.º 13.456, de 16/04/1999 e Decreto Estadual nº 5.066 de 24/06/1999, cuja finalidade era executar a política de informática do Estado de Goiás para a administração direta, indireta e a terceiros, é uma empresa pública regida pelo seu Estatuto e pela Legislação Federal e Estadual específica, no que lhe for aplicável, com controle estatal, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, e que se encontra em processo de liquidação por força da Lei Estadual nº 13.550, de 11/11/1999, estando com suas atividades operacionais paralisadas desde então.

A Lei 13.550, de 11 de novembro de 1999, que modificava a organização administrativa do Poder Executivo e dava outras providências, determinava, em seu Capítulo II - da liquidação e desconstituição de Empresas, Artigo 18, Inciso IV, que a partir daquela data a PRODAGO estava submetida ao processo de Liquidação Extrajudicial, conforme legislação específica, e com suas atividades institucionais transferidas para autarquia estadual criada para absorver essas atividades. Com o processo de liquidação, restaram à PRODAGO as atividades próprias de um processo de liquidação, ou seja, a realização de seu ativo para pagamento de seu passivo.

O Governo do Estado de Goiás, acionista majoritário das empresas TRANSURB, CRISA, GOIASTUR, CASEGO, EMATER-GO, METAGO e CERNE, todas em processo de liquidação, após estudos realizados pela extinta Promotoria de Liquidação sobre a situação dos processos de liquidações desses entes que se arrastavam há vários anos, trazendo enormes custos administrativos para manutenção da massa falida das empresas acima, concluiu que a legislação existente não vedava a incorporação de empresa pública e/ou sociedade de economia mista com patrimônio líquido negativo, tampouco estando em processo de liquidação. Nesse sentido, através da Lei Estadual nº 17.855 de 10/12/2012, ficou o Chefe do Poder Executivo autorizado a, entre outras coisas, promover a incorporação, inclusive entre si, das empresas públicas e sociedades de economia mista em processo de liquidação.

Após os estudos prévios, a autorização legislativa e a definição de que a entidade incorporadora seria a Empresa Estadual de Processamento de Dados de Goiás – PRODAGO em liquidação, teve início o processo de incorporação gradativo das empresas, iniciando pela incorporação em 2013 do CERNE em liquidação, posteriormente em 2014 foram efetivadas as incorporações da GOIASTUR em liquidação e CRISA em liquidação, e por fim, em 2016, incorporou-se a TRANSURB em liquidação, fatos que devem ser considerados na análise das demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2023, especificamente na comparabilidade dos exercícios.

Desse levantamento foram identificados imóveis que se encontram livres, alguns que necessitam ações de regularização e outros onde há restrições que impedem sua alienação.

Os ativos disponíveis deverão ser alienados através de licitação na modalidade de leilão público conforme previsto na Lei 8.666/93, ou ainda por meio de dação em pagamento, enquanto para imóveis com pendências judiciais poderá ser acordado, em determinadas situações, a venda direta.

Em 2023 foi colocado à venda através de leilão público os imóveis localizados nas cidades de Mineiros e Rio de Janeiro, mas não houve interessados. Estes imóveis foram novamente colocados à venda em leilão realizado em 24/01/2024, contudo não houve interessados.

Em leilão público realizado em 28/12/2023, foram alienados os seguintes imóveis: 02 terrenos localizados no Bairro Floresta em Goiânia-GO e 01 terreno localizado no Parque Los Angeles em Goianira-GO. Os arrematantes optaram pelo parcelamento em até 60 parcelas.

Os recursos arrecadados nas alienações deverão ser utilizados no abatimento de passivos, preferencialmente naqueles possíveis de redução através de acordos.

Em 2022, a PRODAGO em liquidação e a AGEHAB, com a interveniência do Estado de Goiás, assinaram Convênio de Cooperação Técnica para regularização fundiária de interesse social de áreas das empresas públicas e sociedades de economia mista em liquidação, sob o controle acionário do Estado, com fundamento na Lei Federal nº 13.465/2017 e Decreto Federal nº 9.310/2018.

Esses imóveis são relativos aos assentamentos de famílias de baixa renda, decorrentes do extinto Programa Mutirão da Moradia que era executado pela extinta EMCIDEC, nos quais constam como titular na matrícula a empresa liquidanda e que não fazem parte de seu patrimônio imobilizado, que geram demandas de regularização fundiária para os efetivos ocupantes.

A Regularização Fundiária de interesse social é uma obrigação do Poder Público, que deve implementá-la como uma das formas de concretizar um direito dos cidadãos brasileiros, que é a moradia digna, reconhecido como um direito fundamental nos termos do artigo 6º da Constituição Brasileira.

Existem vários imóveis de titularidade de empresas estatais em liquidação que se encontram ocupados por famílias de baixa renda, em núcleos urbanos informais consolidados, sendo dever do Poder Público proceder a regularização fundiária.

Cabe à Agência Goiana de Habitação S.A (AGEHAB) promover a regularização fundiária das ocupações de interesse social, na forma da legislação vigente, bem como estabelecer parcerias com Municípios, entidades, associações e outros, para capacitação técnica e outros serviços na área em questão (artigo 3º, XVIII, Estatuto Social).

b) Gestão de Recursos Humanos

Como informado no exercício anterior, a PRODAGO em liquidação não mais possui funcionários efetivos, sendo que seus colaboradores atuais são funcionários de outros órgãos estaduais que estão à disposição e alguns contratados temporariamente.

O quadro atual de funcionários conta com 12 colaboradores e 3 conselheiros fiscais.

No decorrer do processo de liquidação da PRODAGO e à medida das necessidades, poderá ser providenciada a contratação, por tempo determinado, de pessoal para suprir a carência

Atualmente, a gestão da PRODAGO em liquidação está a cargo da Diretoria-Executiva de Liquidação de Estatais, criada pela Lei Estadual nº 20.941/2019, que é responsável pelas atividades pertinentes aos processos de liquidações das empresas estatais.

Com a edição do Decreto Estadual nº 9.659/2020 de 07 de maio de 2020 que regulamenta a liquidação de Estatais, as etapas dos processos de liquidação se tornaram mais eficientes, uniformes, transparentes, com delimitações das ações dos agentes e principalmente visando à celeridade das atividades de liquidação das empresas estatais no âmbito do Estado de Goiás.

Portanto, suas ações são direcionadas na resolução dos problemas existentes, respeitando as diretrizes da administração pública, bem como a legislação relativa ao processo de liquidação, fatos estes que devem ser considerados na análise das demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2023.

Com a entrada em vigor da NBC TG 900 – Entidades em Liquidação, em 01/06/2021, norma que estabelece critérios e procedimentos contábeis específicos para entidade em liquidação, a empresa declara estar em conformidade com as exigências dessa norma naquilo que era possível tendo em vista que o início de sua liquidação se deu a partir de 11/11/1999, ou seja, há 24 anos.

Considerando que a entidade já se encontra em fase adiantada do processo de liquidação, foi elaborado plano de liquidação (processo SEI 202200005002365) onde se demonstra as ações ainda necessárias para encerrar a liquidação da empresa, com extinção prevista para o ano de 2024, quando será levantado o balanço de encerramento da liquidação.

NOTA 02 - PLANO DE TRABALHO DE LIQUIDAÇÃO (ESTÁGIO ATUAL E AJUSTES)

O Plano de Trabalho de Liquidação elaborado em 2021, e ajustado em 2022, apresentava as providências e medidas necessárias a serem executadas nos exercícios de 2022/2025 objetivando a extinção da empresa.

Considerando que o representante do controlador sugeriu prazo do 1º semestre de 2024 para conclusão do processo de liquidação e consequente extinção da companhia liquidanda, estamos reavaliando e ajustando o plano de trabalho que previa as seguintes atividades:

- a) Alienação e/ou destinação dos Ativos Imobilizados;
- b) Gestão de Recursos Humanos;
- c) Gestão documental;
- d) Ativos e Passivos remanescentes;
- e) Gastos de Liquidação;
- f) Atos finais.

a) Alienação e/ou Destinação dos Ativos Imobilizados

A atual gestão realizou o levantamento de todo imobilizado existente, bem como determinou a avaliação daqueles que se encontravam livres e desembaraçados para serem alienados, e ainda promoveu ações para liberar outros imóveis que se encontram com problemas em seus cadastros imobiliários.

de determinadas áreas da gestão, ou trazer à disposição funcionários públicos de órgãos da administração direta.

Com isso, ao final do contrato ou do término da liquidação, todas as pessoas contratadas serão desligadas com o consequente pagamento de suas verbas rescisórias, enquanto os funcionários que estão à disposição serão devolvidos aos órgãos de origem.

c) Gestão Documental

Sobre a competência do Liquidante de “organizar e manter os arquivos e os acervos documentais da empresa em liquidação, incluídos aqueles relativos às ações judiciais e aos processos extrajudiciais”, a legislação que trata da liquidação dispõe que ao final do processo de liquidação os acervos documentais inativos deverão ser encaminhados ao Arquivo Geral do Estado. Já os processos ativos judiciais e administrativos ainda pendentes deverão ser encaminhados para a Procuradoria Geral do Estado.

Há ainda uma enorme demanda por parte de ex-servidores das empresas incorporadas (CERNE, CRISA, GOIASTUR e TRANSURB), por informações e/ou declarações de vínculos trabalhistas para ser utilizados em processos de aposentadorias, exigindo um tratamento cuidadoso dos dossiês para o atendimento dos requerimentos.

d) Liquidação de Passivos

Do total do seu passivo existente, apenas aqueles devidos ao Estado de Goiás ainda não foram solucionados.

As tratativas iniciadas em 2022 junto à Prefeitura de Goiânia para regularização do passivo existente, resultaram, em 2023, no pagamento da maior parte dos débitos, bem como exclusão de débitos já prescritos, e efetuado acordo no final de dezembro para quitação da última dívida restante em até 100 dias.

Por outro lado, como todas as dívidas junto à Procuradoria da Fazenda Nacional/PGFN se encontram parceladas, com os recursos necessários garantidos por repasses mensais realizados pelo Estado de Goiás, em 2023 foi iniciado processo de transação individual que prevê reduções nos saldos devedores e utilização de prejuízos fiscais no abatimento do saldo, considerando que a empresa se encontra em processo de liquidação.

Além disso, os passivos trabalhistas também se encontram praticamente regularizados, restando ativas poucas reclamatórias trabalhistas que poderão culminar em condenação, para os quais a empresa entende ter recursos suficientes para eventuais acordos.

Considerando a situação exposta, a entidade planeja continuar pagando as parcelas mensais do parcelamento junto à PGFN que mensalmente gira em torno de R\$ 1.530.000,00 (um milhão e quinhentos e trinta mil reais), utilizando dos repasses do Estado de Goiás ou quitá-lo se houver acordo no pedido de transação individual proposto pela PRODAGO.

e) Custos de Liquidação

Considerando que a sua extinção, anteriormente prevista para o final de 2025, a pedido do representante do Controlador que determinou como prazo o primeiro semestre de 2024, a empresa estimou que os custos necessários, e que deverão ser suportados até sua extinção, se referem basicamente aos gastos de manutenção contratados (aluguel de

imóvel, fornecedores de bens/serviços, energia/telefone etc.), salários, parcelamentos e, também, os impostos que incidem sobre o resultado (PIS/COFINS/IRPJ/CSLL).

Portanto, a estimativa levou em consideração os gastos contratados e incorridos tendo como referência o ano de 2023, com ajustes, projetando seus valores até o fim do 1º semestre de 2024, como demonstrado abaixo. As provisões legais não estão incluídas nessa estimativa.

TIPO DE CUSTO	ANO/2023	ESTIMATIVA ATÉ 1º SEM. 2024
CONTRATADOS (aluguéis, fornecedores bens/serviços, energia/telefone etc.)	R\$ 901.933,91	R\$ 450.966,95
Salários e Encargos	R\$ 2.283.386,04	R\$ 1.141.693,02
Parcelamento PGFN (só os juros futuros, pois a dívida está atualizada)	R\$ 6.435.451,57	R\$ 3.217.725,75
Impostos sobre resultado (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL)	R\$ 41.057,82	R\$ 20.528,91
TOTAL ESTIMADO (*)		R\$ 4.830.914,63

(*) Esse valor será ajustado na Provisão de Gastos da Liquidação.

O custeio com salários e o parcelamento junto à PGFN são realizados com repasses do Tesouro Estadual, enquanto os demais gastos de manutenção são realizados com recursos próprios oriundos de aluguéis de imóveis, recebimentos de créditos e alienações de bens.

f) Atos Finais

Conforme já informado acima, a companhia tem previsão de extinção no decorrer de 2024, enquanto isso, as áreas administrativas responsáveis pela gestão da liquidação da PRODAGO em liquidação já foram orientadas a regularizar todas as pendências ainda existentes e que demandem decisão por parte do liquidante.

No momento da extinção da companhia se ainda restar processos judiciais com cobranças passivas e/ou ativas, estes deverão ser encaminhados ao controlador na figura da Procuradoria Geral do Estado.

Quando a companhia estiver apta a ser extinta, deverá ser levantado balanço extraordinário de encerramento para ser analisado pela auditoria externa que deverá apresentar relatório sobre as demonstrações contábeis, bem como o conselho fiscal também deverá analisar e emitir parecer sobre o balanço.

Feito isso, a Assembleia Geral se reunirá para examinar, discutir, aprovar e deliberar sobre as seguintes matérias relativas à extinção da PRODAGO em liquidação: Prestação Final das Contas pelo Liquidante; Convalidar a destinação do patrimônio e definição do responsável pela guarda dos livros e documentos institucionais e declarar o encerramento da liquidação e extinção da EMPRESA ESTADUAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE GOIÁS - PRODAGO Em Liquidação.

Estando os atos finais de liquidação concretizados com a lavratura da Ata de Prestação Final de Contas e Extinção da companhia, restará a realização dos atos complementares e necessários à formalização da extinção: registro da Ata junto ao Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas (onde estão registrados os atos constitutivos da empresa). Depois de registrada, serem providenciadas as baixas cadastrais junto aos Entes Políticos Federal,

Estadual e Municipal, bem como, finalmente, poder prestar as Contas Extraordinárias perante o Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO, com a apresentação do último Balanço da empresa extinta juntamente com os atos de encerramento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano de Trabalho está estruturado para atender às legislações que tratam da liquidação da PRODAGO em liquidação, bem como, à Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 900 – Entidades em Liquidação, e ainda aos entes públicos e privados interessados na finalização desse processo que se arrasta desde 1999.

Atendidos os prazos estabelecidos neste documento, a conclusão do Plano de Trabalho se dará com a Liquidação da PRODAGO em Liquidação.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Até a entrada em vigor da NBC TG 900 – Entidades de Liquidação, as demonstrações contábeis eram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), normas estas que eram relacionadas a entidades em continuidade.

Tendo em vista que a PRODAGO em liquidação é uma estatal estadual e que deve atender também às normas de fiscalização por parte do Tribunal de Contas do Estado, além das demonstrações contábeis exigidas pela NBC TG 900, a empresa solicitou posicionamento do TCE sobre a necessidade de se manter as demais demonstrações contábeis que, até então, era obrigada a levantar, e que deve constar no processo de prestação de contas de gestores junto à Corte de Contas, o qual retornou resposta (SEI 202200047000049) no sentido de que se deve atender ao novo normativo em vigor. Portanto as demonstrações contábeis aqui apresentadas são as exigidas pela NBC TG 900.

Com isso, a companhia levantou as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 atendendo ao que se pede no novo normativo, comparativamente com o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

- a) A empresa mantém a escrituração contábil formal necessária para atender ao fisco federal e ao órgão de contas ao qual está submetida, realizadas a partir de evidências verificáveis ou em documentos apresentados e que possam ser mensurados de forma confiável, atendendo ainda ao que se pede a NBC TG 900;
- b) As notas explicativas e as demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$);
- c) Os caixa e equivalentes de caixa estão registrados pelos valores reais constantes dos extratos bancários;
- d) As contas a receber de aluguéis estão reconhecidas pelo valor histórico, de acordo com seus contratos e refletem a quantia a ser recebida em caixa.
- e) A maioria dos imobilizados estão registrados pelo valor histórico com as depreciações reconhecidas.
- f) Os passivos estão registrados pelos valores formais e legalmente devidos, os quais são verificáveis em documentos suportes;

- g) **IR e CSLL:** As bases de cálculo, para imposto de renda e contribuição social, quando existentes, são determinadas com base em resultados apurados em balancetes mensais de suspensão/redução, após as adições e exclusões fiscais permitidas, de acordo com a legislação e as alíquotas vigentes;
- h) **Provisões e Passivos Contingentes:** As provisões são reconhecidas quando a probabilidade de saída de ativos para sua liquidação seja considerada possível ou provável, entretanto os passivos contingentes considerados de remota perda são apenas divulgados nas notas explicativas, atendendo aos itens 25 e 27 da NBC TG 900;
- i) **Redução a Valor Recuperável do Ativo Imobilizado (Impairment):** Os ativos sujeitos a depreciação devem ser revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Uma perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Em 2023 a companhia realizou o Teste de Impairment em seus ativos imobilizados, e concluiu que não havia indícios de redução do valor recuperável do ativo imobilizado.
- j) **Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- k) As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa são compostos por valores de alta liquidez, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo. Os valores de bancos são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras classificadas como Caixa e Equivalentes de Caixa são avaliadas pelo valor justo. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado, com as variações nesses valores refletidas na demonstração do resultado.

	2023	2022
Ordem de Pagamento	0,00	3.417.000,00
Bancos Aplicações Financeiras (i)	3.074.976,87	145.186,16
Bancos Conta-Corrente	202,75	273,98
	3.075.179,62	3.562.460,14

- i) Refere-se aos fundos de investimentos exclusivos de renda fixa. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a carteira estava distribuída nas modalidades de investimentos de baixo risco que estão atrelados a títulos com o objetivo de retornar à rentabilidade com menor risco possível, descritas na tabela abaixo.

	TAXA (a.a.)	2023	2022
CEF – FUNDO CAIXA FIC	10,98	96.431,82	141.019,36
ITAU APLIC. AUTOMATICA	11,04	18.475,73	4.048,42
ITAU REF DI GRAU DE INVEST	13,73	2.960.022,09	0,00
BB AUTOMATICA	10,17	47,23	118,38
		3.074.976,87	145.186,16

NOTA 05 – CONTAS A RECEBER

São compostos por valores a receber de aluguéis de bens e de parcelas de alienações de imóveis.

Estão reconhecidos e mensurados pelos valores acordados nos respectivos contratos de aluguéis, de compra e venda e regime de competência, pois refletem a quantia que se espera ser recebida em caixa, e neste caso também é o valor de liquidação, pois apresenta razoável segurança quanto à sua realização, ou seja, os credores têm cumprido com a obrigação mensal de pagamento.

Em dezembro de 2023 a empresa realizou leilão público onde foram alienados alguns bens imóveis cujos adquirentes optaram pelo parcelamento em 60 parcelas mensais, conforme condições do edital.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Aluguéis a Receber - Curto Prazo	31.738,69	28.159,78
Créditos a Receber - Curto Prazo	1.045.795,92	325.714,50
	<u>1.077.534,61</u>	<u>353.874,28</u>
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Créditos a Receber - Longo Prazo	1.502.049,64	0,00
	<u>1.502.049,64</u>	<u>0,00</u>

NOTA 06 – IMPOSTOS A RECUPERAR

Este grupo representa os saldos de IRRF sobre aplicações financeiras ainda não utilizados ou compensados. O saldo deste grupo, enquanto não for utilizado nos exercícios seguintes, é mensurado pelo valor histórico corrigido pela taxa SELIC, conforme determina a legislação, sendo este o valor de liquidação que a entidade espera na sua realização.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
IRRF s/ Aplic. Financeiras	1.021,44	381,39
	<u>1.021,44</u>	<u>381,39</u>

NOTA 07 – ADIANTAMENTOS

Representa os valores de férias adiantadas aos colaboradores no mês de dezembro e que serão baixados no exercício subsequente.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Adiantamento de Férias	12.916,31	12.453,95
	<u>12.916,31</u>	<u>12.453,95</u>

NOTA 08 – ESTOQUE

O Estoque é composto por minérios (pedras preciosas e semipreciosas) que foi doado pela METAGO quando de sua extinção ocorrida em 2022.

Todo o material foi identificado, catalogado e avaliado por profissional contratado para esse fim, tendo sido emitido laudo mineralógico e gemológico que certifica, autentica e detalha as características de cada lote de pedras existentes.

	2023	2022
Estoques de Pedras Preciosas	600.322,40	600.322,40
	600.322,40	600.322,40

Em 2023 a PRODAGO em liquidação propôs a transferência desse estoque para o Controlador na forma de dação em pagamento para abatimento no saldo das dívidas existentes. Negociação que deve se concretizar no 1º semestre de 2024.

NOTA 09 – DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS

Este grupo é composto por valores pagos à Justiça Trabalhista como recurso em processos trabalhistas, muitos dos quais já foram encerrados, aguardando agora a liberação dessas quantias pelas autoridades judiciais. Também engloba fundos em contas judiciais designadas para quitar acordos trabalhistas, além de montantes depositados em juízo para processos de despejo em propriedades locadas.

Os valores são atualizados pelo índice de correção judicial que representa o valor de realização esperado pela entidade.

	2023	2022
Depósitos Judiciais/Recursais	71.648,22	86.790,30
	71.648,22	86.790,30

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Este grupo de contas representa a participação acionária em empresas estatais e ações de empresas telefônicas, reconhecidos e mensurados pelo valor estimado de realização desses ativos.

Os investimentos nas empresas telefônicas foram baixados em 2022 devido às dificuldades de se obter os dados que confirmem ainda a existência dessas participações. Para os demais investimentos utilizou-se o valor das participações nas investidas em 31/12/2023 para realizar os ajustes.

	2023	2022
METROBUS - CRISA	14.582,75	14.582,75
AGEHAB - CRISA	2.618,00	2.618,00
METROBUS - TRANSURB	7.292,63	7.292,63
CODEGO	495,00	495,00
	24.988,38	24.988,38

NOTA 11 – IMOBILIZADO

Estão representados pelos bens móveis e imóveis de sua propriedade, acrescidos dos bens das empresas incorporadas.

Empresa Estadual de Processamento de Dados de Goiás - PRODAGO Em Liquidação

CNPJ 24.812.554/0001-51

A empresa optou por manter os bens móveis e parte dos bens imóveis registrados pelo valor histórico com as depreciações reconhecidas, não se aplicando a mensuração pelo valor de liquidação em razão de que a entidade não espera sua realização através de venda.

Os bens móveis existentes são os utilizados e necessários no processo administrativo, e serão transferidos ao controlador no encerramento da liquidação.

À medida que os demais bens imóveis forem sendo regularizados, será providenciada a avaliação e reconhecimento pelo seu valor de liquidação em atenção a NBC TG 900.

COMPOSIÇÃO DOS SALDOS

CONSOLIDADO

Discriminação	Taxa Dep. a.a.%	Custos	Dep. Acumulada	Líquido 2023	Líquido 2022
Máquinas, Motores	10%	25.037,77	18.620,25	6.417,52	7.583,96
Mobiliário em Geral	10%	54.905,86	53.929,40	976,46	2.775,88
Utensílios Diversos	10%	10.734,61	7.598,31	3.136,30	3.065,96
Veículos	20%	16.801,47	16.801,47	-	-
Obras de Artes	-	-	-	-	452,31
Comp. e Periféricos	20%	94.531,12	74.279,42	20.251,70	14.978,73
Móveis e Utensílios – Cerne	10%	19.536,24	19.536,24	-	-
Comp. e Equip. – Cerne	10%	2.032,74	2.032,74	-	-
Transmissor e Equip. – Cerne	20%	3.015,02	3.015,02	-	-
Móveis e Utensil. – Goiastur	10%	8.892,00	8.892,00	-	-
Comp. e Periféricos – Crisa	20%	4.626,25	4.626,25	-	-
Móveis e Utensílios – Crisa	10%	9.428,75	9.428,75	-	-
Terrenos – Crisa	-	1.171.338,00	-	1.171.338,00	1.569.338,00
Edif. e Benfeitorias – Crisa	-	-	-	-	205.000,00
Terrenos – Prodago	-	87.919,81	-	87.919,81	87.919,81
Móveis e Utensil. – Transurb	10%	10.624,00	10.510,33	113,67	198,63
Comp. e Periféricos – Transurb	20%	4.009,00	4.009,00	-	-
Avaliação Terrenos Crisa	-	-	-	-	578.233,05
Avaliação Edifícios Crisa	-	-	-	-	297.833,60
Avaliação Terrenos Prodago	-	5.341.115,13	-	5.341.115,13	5.341.115,13
Totais de Bens em Uso		6.864.547,77	233.279,18	6.631.268,59	8.108.495,06
Máq., Motores Apar.	-	899,68	-	899,68	943,69
Mobiliário em Geral	-	1.076,64	-	1.076,64	1.076,74
Objeto de Escritório	-	0,03	-	0,03	0,03
Utensílios Diversos	-	108,21	-	108,21	108,21
Instalações	-	0,04	-	0,04	0,04
Edifício Sede	-	0,01	-	0,01	0,01
Imóveis	-	35.158,10	-	35.158,10	35.158,10
Terrenos – Cerne	-	3.685.033,82	-	3.685.033,82	3.685.033,82
Edificações – Cerne	-	8.642.468,42	-	8.642.468,42	8.642.468,42
Equipam. Gráficos – Cerne	-	0,12	-	0,12	0,12
Maquinas Gráficas – Cerne	-	7.198,77	-	7.198,77	7.198,77
Móveis e Utensílios – Cerne	-	18.729,89	-	18.729,89	20.477,85
Terrenos – Crisa	-	2.786.979,60	-	2.786.979,60	2.786.979,60
Edific. e Benfeit. – Crisa	-	270.000,00	-	270.000,00	270.000,00
Utensílios Diversos – Cerne	-	8.772,41	-	8.772,41	8.772,41
Equip. de Escritório – Cerne	-	675,65	-	675,65	831,39
Transm. e Equip. – Cerne	-	941.155,52	-	941.155,52	941.155,52
Ferramentas – Cerne	-	1.790,74	-	1.790,74	1.790,74
Motores Elétricos – Cerne	-	648,41	-	648,41	648,41
Torres e Antenas – Cerne	-	122.065,07	-	122.065,07	122.065,07
Comp. e Periféricos – Cerne	-	3.165,89	-	3.165,89	3.165,89
Eq. contra incêndio – Cerne	-	0,67	-	0,67	0,67
Equip. Elétrico – Cerne	-	1.952,26	-	1.952,26	1.952,26
Eq. Médico Dentário – Cerne	-	0,03	-	0,03	0,03
Veículos – Prodago	-	0,18	-	0,18	0,18
Terrenos – Transurb	-	513.720,41	-	513.720,41	513.720,41
Edific. e Benfeit. – Transurb	-	2.549.532,35	-	2.549.532,35	2.549.532,35
Veículos – Transurb	-	0,06	-	0,06	0,06
Equip. e Instal. – Transurb	-	0,01	-	0,01	0,01
Avaliação Edif. Sede Prodago	-	153.944,08	-	153.944,08	153.944,08
Avaliação Imóveis Prodago	-	219.933,96	-	219.933,96	219.933,96
Avaliação Terrenos Cerne	-	56.996.366,01	-	56.996.366,01	56.996.366,01
Avaliação Edif. Inc. Cerne	-	8.095.200,91	-	8.095.200,91	8.095.200,91
Avaliação Terrenos Crisa	-	77.316.100,03	-	77.316.100,03	77.316.100,03

Empresa Estadual de Processamento de Dados de Goiás - PRODAGO Em Liquidação

CNPJ 24.812.554/0001-51

Avaliação Edific. Crisa	-	182.487,17	-	182.487,17	182.487,17
Avaliação Terrenos Transurb	-	17.269.272,15	-	17.269.272,15	17.269.272,15
Avaliação Edific. Transurb	-	1.434.516,05	-	1.434.516,05	1.434.516,05
Totais de Bens Cedidos		181.258.953,35		181.258.953,35	181.260.901,16
Total Geral		188.123.501,12	233.279,18	187.890.221,94	189.369.396,22

MOVIMENTAÇÃO DO CUSTO

Discriminação	CONSOLIDADO				2023
	2022	Movimentação			
	Custo	Aquisições	Baixas	Transfer.	Custo
Máquinas, mot. Apar.	25.037,77	-	-	-	25.037,77
Mobiliário em Geral	60.292,56	-	5.386,70	-	54.905,86
Utensílios Diversos	9.874,61	860,00	-	-	10.734,61
Veículos	16.801,47	-	-	-	16.801,47
Obras de Artes	452,31	-	452,31	-	-
Computadores e Periféricos	99.768,89	10.683,00	15.920,77	-	94.531,12
Moveis e Utensílios - Cerne	19.536,24	-	-	-	19.536,24
Equip. Escritório - Cerne	146,40	-	146,40	-	-
Comp. Equip. - Cerne	2.032,74	-	-	-	2.032,74
Transm. Equip. - Cerne	3.015,02	-	-	-	3.015,02
Móveis e Utensílios - Goiastur	8.892,00	-	-	-	8.892,00
Comp. e Periféricos - Crisa	4.993,70	-	367,45	-	4.626,25
Móveis e Utensílios - Crisa	9.608,75	-	180,00	-	9.428,75
Terrenos - Crisa	1.569.338,00	-	398.000,00	-	1.171.338,00
Edif. e Benfeitorias - Crisa	205.000,00	-	205.000,00	-	-
Terrenos - Prodago	87.919,81	-	-	-	87.919,81
Móveis e Utens. - Transurb	10.624,00	-	-	-	10.624,00
Comp. e Perifér. - Transurb	7.319,00	-	3.310,00	-	4.009,00
Avaliação Terrenos Crisa	578.233,05	-	578.233,05	-	-
Avaliação Edifícios Crisa	297.833,60	-	297.833,60	-	-
Avaliação Terrenos Prodago	5.341.115,13	-	-	-	5.341.115,13
Totais Bens em Uso	8.357.835,05	11.543,00	1.504.830,28	-	6.864.547,77
Máq., Motores Apar.	943,69	-	44,01	-	899,68
Mobiliário em Geral	1.076,74	-	0,10	-	1.076,64
Objeto de Escritório	0,03	-	-	-	0,03
Utensílios Diversos	108,21	-	-	-	108,21
Instalações	0,04	-	-	-	0,04
Edifício Sede	0,01	-	-	-	0,01
Imóveis	35.158,10	-	-	-	35.158,10
Terrenos - Cerne	3.685.033,82	-	-	-	3.685.033,82
Edificações - Cerne	8.642.468,42	-	-	-	8.642.468,42
Equip. Gráficos - Cerne	0,12	-	-	-	0,12
Maquinas Gráficas - Cerne	7.198,77	-	-	-	7.198,77
Moveis e Utens. - Cerne	20.477,85	-	1.747,96	-	18.729,89
Terrenos - Crisa	2.786.979,60	-	-	-	2.786.979,60
Edific. e Benfeit. - Crisa	270.000,00	-	-	-	270.000,00

Empresa Estadual de Processamento de Dados de Goiás - PRODAGO Em Liquidação
CNPJ 24.812.554/0001-51

Utensílios Div. – Cerne	8.772,41	-	-	-	8.772,41
Equip. de Esc. – Cerne	831,39	-	155,74	-	675,65
Transm. e Equip. – Cerne	941.155,52	-	-	-	941.155,52
Ferramentas – Cerne	1.790,74	-	-	-	1.790,74
Motores Elétricos – Cerne	648,41	-	-	-	648,41
Torres e Antenas – Cerne	122.065,07	-	-	-	122.065,07
Comp. e Perif. – Cerne	3.165,89	-	-	-	3.165,89
Eq. contra inc. – Cerne	0,67	-	-	-	0,67
Equip. Elétrico – Cerne	1.952,26	-	-	-	1.952,26
Eq. Médico Dent. – Cerne	0,03	-	-	-	0,03
Veículos – Prodago	0,18	-	-	-	0,18
Terrenos – Transurb	513.720,41	-	-	-	513.720,41
Edific. e Benfeit. – Transurb	2.549.532,35	-	-	-	2.549.532,35
Veículos – Transurb	0,06	-	-	-	0,06
Equip. e Instal. – Transurb	0,01	-	-	-	0,01
Avaliação Edif. Sede Prodago	153.944,08	-	-	-	153.944,08
Avaliação Imóveis Prodago	219.933,96	-	-	-	219.933,96
Avaliação Terrenos Cerne	56.996.366,01	-	-	-	56.996.366,01
Avaliação Edif.Inc. Cerne	8.095.200,91	-	-	-	8.095.200,91
Avaliação Terrenos Crisa	77.316.100,03	-	-	-	77.316.100,03
Avaliação Edific. Crisa	182.487,17	-	-	-	182.487,17
Avaliação Terrenos Transurb	17.269.272,15	-	-	-	17.269.272,15
Avaliação Edific. Transurb	1.434.516,05	-	-	-	1.434.516,05
Totais de Bens Cedidos	181.260.901,16	-	1.947,81	-	181.258.953,35
Total Geral	189.618.736,21	11.543,00	1.506.778,09	-	188.123.501,12

NOTA 12 – PASSIVOS LÍQUIDOS

Os passivos líquidos são aqueles identificados de forma objetiva, baseados na escrituração contábil formal, a partir de evidências verificáveis ou em documentos apresentados pelos credores e que possam ser mensurados de forma confiável e legalmente devidos, conforme preceitua a NBC TG 900.

Registram as obrigações assumidas em decorrência dos custos de manutenção mensais, em virtude das atividades de liquidação, tais como, salários e encargos, provisões da folha, obrigações tributárias e fiscais, fornecedores, parcelamentos, obrigações com controlador e provisão para gastos com liquidação.

Passivos Líquidos

	2023	2022
Salários e Encargos (i)	182.617,25	255.868,16
Obrigações Tributárias/Fiscais (ii)	237.213,07	240.113,76
Fornecedores (iii)	19.118,15	20.128,88
Parcelamentos (iv)	82.172.878,09	94.806.097,93
Obrigações com Controlador (v)	236.673.039,30	229.771.030,44

Gastos Liquidação (vi)	4.830.914,63	30.107.710,23
	324.115.780,49	355.200.949,40

(i) Salários e Encargos

	2023	2022
INSS	42.624,90	62.600,29
FGTS	12.519,53	11.189,53
IPASGO	3.456,20	3.575,25
Provisão Férias/Encargos	124.016,62	178.503,09
	182.617,25	255.868,16

Registra os valores dos encargos e retenções da folha reconhecidas pela sua competência, bem como as provisões de férias e encargos calculados conforme períodos aquisitivos de férias dos servidores registrados pela Entidade.

(ii) Obrigações Tributárias/Fiscais

	2023	2022
IRRF	38.484,97	52.085,45
PIS/COFINS	4.441,82	3.077,99
ISS Retido	164,56	130,41
Débitos FGTS	194.121,72	184.819,91
	237.213,07	240.113,76

Registram as retenções de IRRF, retenções federais, ISS sobre serviços contratados, impostos a recolher (PIS/COFINS) reconhecidos pelo regime de competência, bem como passivos pendentes junto ao FGTS.

(iii) Fornecedores

	2023	2022
FORNECEDORES	19.118,15	20.128,88
	19.118,15	20.128,88

Os valores de fornecedores demonstram os gastos contratados e utilizados na atividade da liquidação e que são reconhecidos por competência, mediante documentação suporte.

(iv) Parcelamentos

	2022	Movimentação		2023
	Saldo	Adições	Baixas	Saldo
Parcelam. PGFN - Reabertura Lei 11.941/09	88.443.759,25	5.786.362,82	(16.322.169,64)	77.907.952,43

Parcelam. Simplificado PGFN	934.545,50	61.296,69	(789.791,15)	206.051,04
Parcelam. PGFN - MP 899/19	5.427.793,18	501.839,06	(1.870.757,62)	4.058.874,62
	94.806.097,93	6.349.498,57	(18.982.718,41)	82.172.878,09

Demonstra o montante de sua dívida e de suas incorporadas, parceladas e reconhecidas pelos valores legalmente devidos e ajustados mensalmente de acordo com extratos da dívida junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, com previsão de quitação entre os anos de 2024 e 2028. Abaixo demonstramos os ajustes ocorridos em 2023.

(v) Obrigações com Controlador

Discriminação	2022	Movimentação		2023
	Saldo	Adições	Baixas	Saldo
Débito c/ Governo – Principal	97.900.834,83	-	-	97.900.834,83
Débito c/ Governo -Atualização	131.870.195,61	6.902.008,86	-	138.772.204,47
	229.771.030,44	6.902.008,86	-	236.673.039,30

Registra a dívida previdenciária e tributária da PRODAGO em liquidação, e de suas incorporadas, assumidas pelo Estado de Goiás em 1997 e no decorrer do processo de liquidação, e é atualizada mensalmente pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e apropriada ao resultado do exercício.

(vi) Gastos Liquidação

	2022	Movimentação		2023
	Saldo	Adições	Baixas	Saldo
Gastos Liquidação	30.107.710,23	-	(25.276.795,60)	4.830.914,63
	30.107.710,23	-	(25.276.795,60)	4.830.914,63

Registra a estimativa de custos e despesas que a entidade espera incorrer até o final de sua liquidação, conforme determina a NBC TG 900.

NOTA 13 – PROVISÕES CONTINGENCIAIS

De acordo com a NBC TG 900, as provisões são dívidas incertas, oriundas de eventos passados que dependem de evento futuro para atingir o valor objetivo, e deverão ser reconhecidas na Demonstração dos Ativos Líquidos quando a probabilidade de saída de ativos para sua liquidação seja considerada possível ou provável.

Os valores apresentados registram as Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias que foram reconhecidas em decorrência de avaliações feitas pela área jurídica levando-se em conta a situação individual de cada uma das demandas existentes, conforme demonstrado no quadro abaixo e respectivos detalhamentos.

Empresa Estadual de Processamento de Dados de Goiás - PRODAGO Em Liquidação

CNPJ 24.812.554/0001-51

Discriminação	2022	Movimentação		2023
	Saldo	Adições	Baixas/Transf.	Saldo
Provisões Trabalhistas	1.302.445,08	-	(1.191.660,37)	110.784,71
Provisões Cíveis	14.566.380,89	42.006.974,04	-	56.573.354,93
Provisões Tributárias Pref. Goiânia	85.139.330,74	-	(40.981.495,41)	44.157.835,33
(-) Dep. Judiciais / Recursais	(585.229,74)	(1.346.278,94)	47.527,04	(1.883.981,64)
Total	100.422.926,97	40.660.695,10	(42.125.628,74)	98.957.993,33

Conforme estimativa de risco envolvido nas avaliações realizadas pelo departamento jurídico da PRODAGO em liquidação, evidenciou-se demandas com possibilidade de saída de recursos consideradas prováveis e possíveis, necessitando registro contábil conforme determina a NBC TG 900.

	2023			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Valor Estimado
Quantidade de ações Prováveis	3	31	3	99.093.320,32
Quantidade de ações Possíveis	0	2	0	1.748.654,65
TOTAL	3	33	3	100.841.974,97

	2022			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Valor Estimado
Quantidade de ações Prováveis	5	34	7	98.921.846,80
Quantidade de ações Possíveis	0	3	0	2.086.309,91
TOTAL	5	37	7	101.008.156,71

NOTA 14 – PASSIVOS CONTINGENTES

Para a NBC TG 900, item 27, os passivos contingentes são provisões cuja saída de recursos para sua liquidação sejam considerados remotos ou passivos dependentes de eventos futuros com alguma possibilidade de ocorrência, e não devem ser reconhecidos na Demonstração dos Ativos Líquidos, mas devem ser divulgados em notas explicativas.

O departamento jurídico da PRODAGO em liquidação, em levantamento das demandas existentes, avaliou e identificou as ações cujas probabilidades de saída de recursos no futuro foram consideradas remotas, ensejando apenas sua divulgação.

	2023			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Valor Estimado
Quantidade de ações Remotas	8	13	23	56.258.607,54

	2022			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Valor Estimado
Quantidade de ações Remotas	6	7	19	14.267.105,17

NOTA 15 – CAPITAL SOCIAL

Através da Ata de Reunião de 26/03/2021 a PRODAGO em liquidação foi autorizada a aumentar seu Capital Social Subscrito de R\$ 11.341.219,21 (onze milhões e trezentos quarenta um mil e duzentos e dezenove reais e vinte um centavos) para R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), com isso, foi integralizado em 2021 o montante de R\$ 11.897.502,17 (onze milhões e oitocentos e noventa e sete mil e quinhentos e dois reais e

Empresa Estadual de Processamento de Dados de Goiás - PRODAGO Em Liquidação
CNPJ 24.812.554/0001-51

dezessete centavos), e em 2022 o montante de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais).

Em Ata de Reunião de 28/04/2023, foi deliberado nova subscrição do capital da PRODAGO em liquidação em R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), passando o capital social subscrito para R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), sendo integralizado em 2023 o montante de R\$ 25.782.441,33 (vinte e cinco milhões e setecentos e oitenta e dois mil e quatrocentos e quarenta e um reais e trinta e três centavos), totalmente utilizado no pagamento de passivos existentes. O capital está composto da seguinte forma:

	2023	2022
Capital Subscrito	100.000.000,00	50.000.000,00
Capital a Integralizar	(32.978.837,29)	(8.761.278,62)
Capital Social	<u>67.021.162,71</u>	<u>41.238.721,38</u>

NOTA 16 – SUBVENÇÕES DE CUSTEIO

Em razão do processo de liquidação em que a PRODAGO está submetida e sem receitas próprias suficientes, mensalmente a empresa recebe do Tesouro Estadual subvenções para custeio, cujos valores, em 2023, totalizaram R\$ 3.673.590,97 (três milhões e seiscentos e setenta e três mil e quinhentos e noventa reais e noventa e sete centavos), os quais foram aplicados nos pagamentos de despesas correntes (folhas/encargos e repasses do convênio TRT), conforme abaixo:

	Folhas/Encargos/Conv. TRT 2023	Folhas/Encargos/Conv. TRT 2022
Subvenções de Custeio	<u>3.673.590,97</u>	<u>3.095.445,01</u>

NOTA 17 – TESTE DE RECUPERABILIDADE

Em 2023 a PRODAGO novamente realizou o Teste de Recuperabilidade (Impairment) em seus ativos imobilizados, e concluiu que não havia indícios de redução do valor recuperável, dispensando, assim, a realização dos possíveis ajustes contábeis em detrimento dos testes efetivos de Impairment, uma vez que não existe indicação relevante de não recuperabilidade.

NOTA 18 – RESULTADO OPERACIONAL

a) RECEITA OPERACIONAL

	2023	2022
Receitas de Subvenções	3.673.590,97	3.095.445,01
Receitas de Aluguéis/Eventuais	334.099,36	330.113,38
(-) Impostos e Contribuições	(41.057,82)	(33.612,68)
TOTAL	<u>3.966.632,51</u>	<u>3.391.945,71</u>

DESPESAS OPERACIONAIS

b) DESPESAS COM PESSOAL

	2023	2022
Remunerações	1.446.528,39	1.946.103,32
Encargos sociais	510.447,56	777.210,05
Férias e Provisões	117.772,34	200.019,49
13º Salário	118.201,28	166.858,41

Empresa Estadual de Processamento de Dados de Goiás - PRODAGO Em Liquidação
 CNPJ 24.812.554/0001-51

Conselheiros e autônomos	36.000,00	35.000,00
TOTAL	2.228.899,57	3.125.191,27

c) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2023	2022
Aluguéis, locações e condomínios	195.565,55	212.885,18
Custas cartoriais	16.655,81	31.321,60
Serviços diversos	612.982,86	383.069,95
Energia e telefone	46.871,76	39.040,64
Demais despesas administrativas	6.655,87	2.015,22
Combustíveis e lubrificantes	486,30	7.164,80
Conservação e limpeza	7.007,88	5.914,99
Material de expediente e consumo	8.305,19	19.091,18
Depreciação	7.402,69	9.168,85
TOTAL	901.933,91	709.672,41

d) DESPESAS TRIBUTARIAS

	2023	2022
Despesas Tributárias	877.097,72	22.340,04
TOTAL	877.097,72	22.340,04

e) DESPESAS INDEDUTÍVEIS

	2023	2022
Diárias Indedutíveis/Outras Desp.	28.728,36	19.125,77
Provisões Trab./Cíveis/Tributárias (i)	6.020.066,53	37.509.363,64
Gastos Liquidação (ii)	-	4.063.886,11
TOTAL	6.048.794,89	41.592.375,52

(i) Refere-se às provisões contingenciais como a probabilidade de saída de ativos para sua liquidação considerada pelo corpo jurídico da companhia, como possível e/ou provável, conforme determina a NBC TG 900.

(ii) Registram a estimativa de custos e despesas que a entidade espera incorrer até o final de sua liquidação, conforme determina a NBC TG 900. Para o exercício de 2023 houve reversão em detrimento da estimativa de liquidação a ser realizada no primeiro semestre de 2024. Nesse sentido, o registro foi realizado em "Outras Receitas", conforme descrito na nota "18 f"

f) OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS

	2023	2022
Outras Receitas (i)	25.277.396,94	625.185,05
Outras Despesas	(306,79)	(39.723,09)
TOTAL	25.277.090,15	585.461,96

(i) Do valor demonstrado acima, em 2023, R\$ 25.276.795,60 se trata do estorno de valores da provisão de gastos de liquidação que não foram utilizados, e R\$ 601,34 se trata de dividendos recebidos durante o exercício.

g) RESULTADO DO IMOBILIZADO

	2023	2022
Alienação de Imobilizados	2.444.102,54	860,00
(-) Custo da Baixa do Imobilizado	(1.481.918,56)	(14.727,83)

Empresa Estadual de Processamento de Dados de Goiás - PRODAGO Em Liquidação
CNPJ 24.812.554/0001-51

TOTAL	962.183,98	(13.867,83)
--------------	-------------------	--------------------

h) RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Rendimentos Conta Judicial	147.435,36	38.767,78
Juros Ativos	27.656,81	22.725,94
Rendimentos Aplicação Financeira	42.832,33	4.683,25
TOTAL	217.924,50	66.176,97

DESPESAS FINANCEIRAS

Atualização de Débitos LP	(13.354.228,33)	(13.603.547,86)
TOTAL	(13.354.228,33)	(13.603.547,86)

RESULTADO FINANCEIRO	(13.136.303,83)	(13.537.370,89)
-----------------------------	------------------------	------------------------

NOTA 19 – RESULTADO CONTÁBIL DO EXERCÍCIO

Os resultados apurados em 2023 e 2022 foram bastante afetados pelos ajustes contábeis que a empresa realizou para atender à NBC TG 900 – Entidades em Liquidação, mais precisamente nas provisões de contingências e de gastos da liquidação. Abaixo, demonstramos o resultado sem esses ajustes.

	2023	2022
Resultado Contábil	7.012.876,72	(55.023.410,29)
(+) Desp. Indedutíveis	42.035.702,40	37.528.489,41
(+) Gastos Liquidação	(25.276.795,60)	4.063.886,11
(-) Reversão Provisões	(35.986.907,51)	-
Lucro/(Prejuízo)	(12.215.123,99)	(13.431.034,77)

NOTA 20 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Foi realizado em 24/01/2024 a segunda praça dos bens remanescentes do leilão realizado em 18/12/2023, contudo não houve interessados.

Era o que tínhamos a relatar e esclarecer, em adendo às Demonstrações Contábeis ora encerradas e apresentadas.


Goiânia-GO, 09 de fevereiro de 2024.



Bruno Batista Silva

Diretor-Executivo

Liquidante da PRODAGO em
liquidação



Paulo Roberto de G. Goldfeld

Gerente Financeiro



Ézio Gomes Fernandes
Coordenador Contábil e
Financeiro

CRC-013574/O-6